

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Diretoria de Pessoal

PORTARIAS DE 18 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, usando da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 327/DPE, de 25 de março de 1987, alterada pela de nº 1.259/DPE, de 26 de outubro de 1988, do Senhor Diretor Geral do DNOCS, publicadas nos Boletins Administrativos nºs 25/87 e 86/88, respectivamente, resolve:

Nº 208 - Conceder aposentadoria de acordo com o artigo 186, item III, alínea "c", da Lei nº 8.112/90, combinado com o artigo 6º da Medida Provisória nº 1.522-6, de 03.04.97, publicada no DOU de 05 seguinte, ao servidor JUAREZ DE ARAÚJO NUNES, Engenheiro Agrônomo, 912.B, Padrão NS-VI, CIS 149.941, SIAPE 728180, do Quadro Permanente desta Autarquia, lotado na Administração Central, com os proventos proporcionais ao tempo de serviço, na razão de 30/35 avos. (Processo nº 02200-001114/97).

Nº 209 - Conceder aposentadoria de acordo com o artigo 186, item III, alínea "c", da Lei nº 8.112/90, combinado com o artigo 6º da Medida Provisória nº 1.522-6, de 03.04.97, publicada no DOU de 05 seguinte, ao servidor FRANCISCO IRASSÚ FARIAS NOBRE, Artífice de Mecânica, 702.C, Padrão NI-V, CIS 151536, SIAPE 732048, do Quadro Permanente desta Autarquia, lotado na 2a. Diretoria Regional, com os proventos proporcionais ao tempo de serviço, na razão de 30/35 avos. (Processo nº 02245-000306/97).

HERALDO JOSÉ TEIXEIRA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria-Geral da República

PORTARIAS DE 18 DE ABRIL DE 1997

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo MPF/PGR nº 08100.002350/97-63, resolve:

Nº 126 - Conceder aposentadoria, com fundamento nos artigos 93, inciso VI, e 129, § 4º, da Constituição Federal, ao Doutor JOÃO DE SOUZA FARIA, matrícula nº 420-1, no cargo de Procurador da República, da carreira do Ministério Público Federal, com as vantagens previstas no artigo 232, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 127 - Designar o Doutor MÁRIO LUIZ BONSLAGLIA, Procurador Regional da República, em exercício na Procuradoria Regional da República da 3ª Região, sediada em São Paulo - SP, para apurar os fatos concernentes a entrevista publicada pela imprensa, a que se refere o Ofício nº 135-PRES, de 14-3-97, do Superior Tribunal Militar.

GERALDO BRINDEIRO

Secretaria-Geral

PORTARIA Nº 228, DE 18 DE ABRIL DE 1997

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR Nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, resolve:

Transferir, a pedido, a servidora ANA MÁRCIA GARCIA VIRIATO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, código NAS-206.01, classe "B", padrão II, do Ministério Público Federal para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

JOÃO BATISTA DE ALMEIDA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria-Geral

PORTARIAS DE 22 DE ABRIL DE 1997

O PROCURADOR GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 34, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 91, XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 76 - Exonerar, a pedido, CARLOS ALBERTO VARELLA AGUILAR do Quadro do Ministério Público do Trabalho, do cargo de Assistente de Informática, código NAS-203, classe A, Padrão I, da carreira de Apoio Técnico Administrativo do Ministério Público da União, a partir de 10 de abril de 1997.

O Procurador-Geral DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a faculdade prevista no art. 18 da Resolução nº 19/96 do Conselho Superior do MPT, resolve:

Nº 77 - Autorizar que o Doutor LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO, Procurador-Regional do Trabalho, afaste-se de suas atividades funcionais junto à Procuradoria Regional do Trabalho da 24a. Região/MS, com ônus parcial, no período de 30/4 a 3/5/97, para participar como expositor no I Congresso Mato Grossense de Direito e Processo do Trabalho, a ser realizado na cidade de Cuiabá/MT.

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO

Câmara de Coordenação e Revisão

PORTARIAS DE 18 DE ABRIL DE 1997

O COORDENADOR DA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 275, do Exmo. Sr. Procurador Geral do Trabalho, de 01 de outubro de 1996, resolve:

Nº 10 - Designar o Dr. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS, Subprocurador-Geral do Trabalho, para funcionar na Audiência de Conciliação e Instrução do processos TST-DC 344269/97.4, que tem como suscitante a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito-CONTEC e suscitado o Banco da Amazônia, a ser realizada no dia 05 de maio de 1997, às 14:00 horas, na sala de audiências localizada no primeiro andar do Edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho.

Nº 11 - Designar a Drª. MARIA DE FÁTIMA ROSA LOURENÇO, Procuradora Regional do Trabalho, para funcionar nas Sessões do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho a serem realizadas pela Seção Especializada de Dissídios Individuais-I, no período de 01 a 15 de maio de 1997, em substituição à Drª. HELOÍSA MARIA MORAES REGO PIRES, que estará em gozo de férias.

JORGE EDUARDO DE SOUSA MAIA

Secretaria

PORTARIA Nº 68, DE 16 DE ABRIL DE 1997

O Diretor-Geral DA SECRETARIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 279, de 06 de setembro de 1991, resolve:

Dispensar, a pedido, a partir de 1/4/97, o servidor NORISVALDO DIAS BRANDÃO, matrícula 6000358-8, Assistente de Atividade-Fim, código NAS-201, classe A, padrão NI-III, de Função Gratificada, código FG-3, na Procuradoria Geral do Trabalho.

WILSON FRANCISCO DE PAULA FILHO

Procuradorias Regionais

7ª Região

PORTARIA Nº 27, DE 11 DE ABRIL DE 1997

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO-CE, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar a Procuradora do Trabalho, Dra. HILDA LEOPOLDINA PINHEIRO BARRETO para representar o MPT no Pedido de Suspensão de Liminar nº 01223/97, em que figuram como partes o Município de Viçosa do Ceará e Ato do Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Sobral.

Observe-se ainda que a referida Procuradora fica responsável pelo acompanhamento do feito até o encerramento do processo.

FRANCISCO ADELMIR FERREIRA

9ª Região

PORTARIA Nº 7, DE 15 DE ABRIL DE 1997

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - PARANÁ, no uso de suas atribuições, pelo disposto no artigo 92, inciso II da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993 e cumprindo o disposto no artigo 51 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, resolve:

I - CONSTITUIR a Comissão Permanente de Licitação - CLP, com a função de proceder o trabalho de julgamento de propostas nas diversas modalidades de licitações a serem promovidas por esta Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, pelo período de um ano, que será composta dos seguintes membros:

CESAR ROBERTO KÜSTER
SOLANGE TRAMUNT PONT
MARIA GUILHERMINA VIEIRA CAMARGO
EMÍLIA DANIELA CHUERY

II - A COMISSÃO será presidida pelo primeiro nomeado, o qual será substituído em seus impedimentos eventuais pelos demais membros, obedecida a ordem sequencial.

III - ESTA PORTARIA entrará em vigor a partir desta data.

IV - REVOGAM-SE as disposições em contrário

ANDRÉ LACERDA

11ª Região

PORTARIA Nº 5, DE 16 DE ABRIL DE 1997

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO/AM, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar o Procurador do Trabalho JOSÉ FERNANDO RUIZ MATURANA para officiar na audiência de conciliação e instrução, e demais atos, do Dissídio Coletivo nº 005/97 em que são, respectivamente, Suscitante SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRAFICAS DE MANAUS, e